

JOSÉ DO PATROCÍNIO: UMA TRAJETÓRIA EM MEIO A MEMÓRIAS

Marcos Teixeira de Souza¹

Resumo: A geração de 70 (e 80), do século XIX, marcada pelo Positivismo, Evolucionismo, Determinismo, Cientificismo, Abolicionismo e Republicanismo, foi influenciada por teses que alicerçaram um projeto de nação para o Brasil à época e que perduram, em alguma medida, até o presente. Dentre os intelectuais participantes desta geração, a voz e a escrita de José do Patrocínio figuram indubitavelmente entre as mais destacadas. Mas seu nome e sua obra permanecem esquecidos. Nesse sentido, o presente artigo visa a discutir a trajetória do abolicionista José do Patrocínio, interligando-a a seu primeiro romance.

Palavras-Chave: Esquecimento. José do Patrocínio. Memória Social.

JOSÉ DO PATROCÍNIO: A ITINERY AMONG MEMORIES

Abstract: In the 19th century, marked by Positivism, Evolutionism, Determinism, Scientism, Abolitionism and Republicanism, the 70's (and 80's) generation was influenced by thesis that served as basis of a project for a Brazilian nation at the time, which — to certain extent — remain until nowadays. Among the intellectuals of this generation, José do Patrocínio's voice and writing undoubtedly appear as one the most prominent. But his name and his novel are forgotten. In this aspect, this article intends to debate Patrocínio's itinerary, connecting his life at his first novel.

Keywords: Forgetfulness. José do Patrocínio. Social Memory.

¹ Doutorando em Sociologia — IUPERJ. Membro pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). Artigo oriundo de minha dissertação de mestrado, com algumas adaptações. Endereço eletrônico: prof1marcos@hotmail.com.

Introdução

Nos estudos sobre memória social, é oportuno observar como uma sociedade lembra, relembra ou esquece determinadas figuras que outrora foram consideradas importantes e decisivas para a história dela própria ou de um grupo social que lhe é representativo. À medida que são esquecidos certos nomes que compõem a história de uma sociedade ou de um grupo social, são perdidos também nesse esquecimento determinados acontecimentos os quais deveriam estar em cena nas historiografias. É recorrente dizer que *o povo brasileiro é um povo sem memória*. Verdade ou não, há importantes fatos e nomes que precisam ser recuperados e estudados. Tal me parece ser o caso de José do Patrocínio. Neste sentido, o presente artigo visa a discutir alguns pontos da trajetória do abolicionista José do Patrocínio, interligando-a a seu primeiro romance.

José do Patrocínio: uma trajetória ligada a uma vida de lutas

Nascido em nove de Outubro de 1853, no norte fluminense, na cidade de Campos dos Goytacazes, José Carlos do Patrocínio, com sua vida e obra, tornou-se uma dos mais importantes figuras do século XIX no ideário de uma formação de uma identidade nacional brasileira, livre da escravidão negra. Na condição de filho de um padre branco, João Carlos Monteiro, e de uma escrava negra, Justina do Espírito Santo, os quais respectivamente contavam 54 e 13 anos de idade, José do Patrocínio é fruto de uma relação propriamente inconveniente para a época e principalmente ilícita, devido à condição sacerdotal de seu pai, que não o reconhece como filho, embora mantenha sob seus cuidados.

Tal nascimento, em razão da distinção de cor, classe social e idade entre os pais de Patrocínio, moveria-o para uma situação intermediária, em que conviveria com as venturas e desventuras das situações e problemáticas referentes à

cor e à classe social. Colocariam-no em uma situação move-dição, ameaçado ora sim, ora não, pelas dinâmicas de cor e classe social presentes na sociedade brasileira do século XIX.

A infância de Patrocínio, na fazenda de seu pai, convi-vendo com escravos e com os trabalhos e castigos impostos a eles, conhecendo os antagonismos de classes sociais e de cor, aprendendo no cotidiano com as dinâmicas de classe social e “raça” inerentes à sociedade brasileira do século XIX, tomando ciência dos privilégios irrestritos ao senhor branco e do jugo ao negro, etc. envolveria Patrocínio no *status quo* social e racial, que comumente marcavam o cenário rural brasileiro; e os lugares de cada um dos membros nesta co-munidade, na hierarquia social. É por certo neste ambiente literalmente familiar que se começa a engendrar uma memó-ria sobre a escravidão, cujo conteúdo — ou parte dele — seria provável e posteriormente explorado e retratado em seu primeiro romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, bem como seria discutido com veemência nos seus artigos políticos na *Gazeta de Notícias* e nos demais jornais para os quais Patrocínio tivera trabalhado.

Ainda bem jovem, não atingidos quatorze anos com-pletos, segundo o biógrafo Raimundo Magalhães Júnior (1969), Patrocínio se transferiria para a cidade do Rio de Ja-neiro, em março de 1868, e nesta enfrentaria dificuldades financeiras e sociais. Através do então diretor da Santa Casa de Misericórdia, Dr. Cristóvão dos Santos, Patrocínio conse-guiria um emprego de servente (ou quase servente como disse Patrocínio à *Gazeta da Tarde* em certa ocasião).

Pouco depois, a Santa Casa de Misericórdia passara ao controle administrativo das irmãs de caridade, Patrocínio obtera a proteção do sr. Conselheiro Albino de Alvarenga, cuja mãe estimava muito a Patrocínio, e o ajudara a colocar o jovem campista na condição de funcionário na casa de Saúde do Bom Jesus do Calvário.

Os biógrafos de Patrocínio, Osvaldo Orico (1953), Magalhães Júnior (1969), Uelinton Farias Alves (2009) reiteram em suas respectivas obras *O tigre da Abolição*, *A vida turbulenta de José do Patrocínio* e *José do Patrocínio a imorredoura cor de bronze* que as condições de trabalho em que era submetido o jovem campista nos primeiros empregos nas casas de saúdes citadas eram aviltantes, semelhantes a um trabalho escravo. Além disso, outra questão, não mencionada pelos biógrafos e que fatalmente deve ter gerado em Patrocínio uma paixão e uma das motivações pela causa da Abolição, seria o tratamento desigual dado a negros e brancos no ambiente de trabalho nas casas de saúde. Tal vivência profissional nas casas de saúde deve ter conduzido Patrocínio a uma identificação pessoal com o dilema do trabalho escravo, e conseqüentemente a um repúdio veemente quanto à estrutura social vigente, à percepção do lugar do negro na sociedade, brotando nele um sentimento de compaixão pela condição dos escravizados.

As memórias dos tempos em que vira a escravidão na Fazenda do Imbé e as passagens de Patrocínio pelas instituições de saúde contribuíram para que Patrocínio absorvesse consigo o entrelaçamento entre a naturalidade de muitos indivíduos com a escravidão estabelecida e a inconformidade pessoal com a estrutura social, e mais tarde, com vigor, lutasse contra o sofrimento imposto aos negros escravizados.

Entre muitas situações de subalternidade, em 1872, Patrocínio ingressou no curso de Farmácia, da Faculdade de Medicina, feito muito raro para um jovem negro. Parte deste período como acadêmico, segundo Alves (2009), o jovem campista contou com a ajuda da família *Vilanova*, que oferecera um quarto, cama e comida em troca de que ele ensinasse as primeiras letras aos filhos do casal Capitão Emiliano Rosa de Sena e Maria Henriqueta de Sena, os quais mais tarde, em 1881, seriam sogra e sogro dele.

A vivência na casa dos Vilanova conduziria, em certo aspecto, Patrocínio à construção de uma memória pessoal da

condição de negro e dependente na casa de um “senhor” branco. Apesar de gozar de certa amabilidade dos anfitriões da casa, fato que os biógrafos Alves (2009), Magalhães Junior (1969) ressaltaram em suas respectivas obras, havia naquela convivência, ainda que implícita, uma relação entre o branco dominador, detentor das posses; e o negro subalterno, desprivilegiado de posses, e na condição de *subordinado* aos desejos do senhor branco. O incidente em que fora mal interpretado ao ser visto pelo tio de Bibi quando essa beijara a testa de Patrocínio, provocou a saída do jovem estudante da casa da família Vilanova. Bibi, assim chamada carinhosamente pelos mais íntimos, era o apelido da menina Maria Henriqueta, dez anos a menos que Patrocínio, filha do Capitão Sena, e que seria anos depois futura esposa dele, mas que à época do incidente, era professor dela no ensino das primeiras letras. Tal situação o mostrara certamente que sua condição de cor e classe social era um elemento desfavorável na casa dos brancos, apesar da considerável receptividade da família a ele.

Anos depois, em 1877, com a personagem tia Balbina no seu primeiro romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1877), Patrocínio parece indiretamente reviver a memória deste acontecimento que sentenciou sua saída da casa dos Vilanova. Esta intenção do autor, consciente ou não, talvez contenha alguma correlação tênue na memória individual dele, com o evento ocorrido com o Tio José, que se tornara o provocador da saída de Patrocínio da casa dos Vilanova. No romance, a personagem Carolina, uma jovem crioula, pede duas vezes para que tia Balbina deixa-a entrar na Senzala: — *Oh! tia Balbina, oh! tia Balbina; faz favor de abrir. [...] — É por muita precisão, tia Balbina; deixe-me entrar* (PATROCÍNIO, 1977, p. 67). Esta fala da personagem Carolina relembra ilustradamente o drama de Patrocínio que, após a conversa com o pai de Bibi, o Capitão Sena, vê-se em dificuldade ao ficar sem um abrigo. Para Patrocínio, era também de muita urgência ficar na casa dos Vilanova, mas o tio José não se im-

portava, a semelhança da interlocutora de Carolina, em ouvir a necessidade do jovem Patrocínio. Introduzir o termo *tia* em Balbina expressa um artifício (e uma crítica velada), lembrando o autor de seu sofrimento no passado ou uma mera coincidência?

Além disso, deve-se considerar o que traz a pesquisa empreendida por Godofredo Tinoco, em *Mota Coqueiro A grande incógnita* (1966), que analisa o processo numa perspectiva de descortinar historicamente o ocorrido contra o fazendeiro Motta Coqueiro. Ao apresentar no livro nomes dos indivíduos, versões, depoimentos contraditórios, os detalhes do julgamento, etc., Tinoco comenta sobre uma das escravas depoentes, a Balbina, não apontando, porém, para qualquer referência ao termo *tia* acoplado a ela.

O papel social de *tia* pode ser uma criação resultante de um ato falho de Patrocínio no plano do inconsciente; pode ser uma estratégia artística de enaltecer o papel da referida escrava em sua exposição quanto ao drama do negro escravizado; pode ser fruto de sua pesquisa junto ao Arquivo Nacional, feita a fim de escrever o romance. A origem é incerta. Há uma boa probabilidade de que seja para evidenciar o papel da mulher negra na cultura africana. O certo é que o primeiro romance de Patrocínio mergulha e espelha um repertório de memórias pessoais e coletivas sobre Patrocínio, que misturadas ao texto ficcional e ao enredo proposto, permite ao leitor enveredar por mais um ângulo — o literário — o tigre da Abolição, suas idéias e memórias.

Consciente ou não, a memória individual de um autor não se encontra dissociada do trabalho ficcional e inventivo. Por vezes, é ela o meio — e o romance é um desses importantes meios — pelo qual o autor expressa suas memórias individuais, em um misto de realidade na ficção, ou vice-versa, ora se utilizando de lembranças para, em sua obra, aclarar ou denunciar uma questão pessoal ou social, obtendo uma catarse; outrora, para retomar na memória um acervo auxiliar ou fundamental para seu trabalho criativo. Certamente não

se pode levar todo um conteúdo de romance ao pé da letra como reprodução de uma realidade, como se fosse uma mera tradução da vida, das memórias do autor, transcritas integral ou parcialmente no texto ficcional. No entanto, pode-se, em menor ou maior grau, intuir uma proximidade, em muitos prosadores, da tríade *autor — memória pessoal — produção literária*, e encontrar elos significativos entre os três componentes, por meio de um olhar mais holístico, e não restrito a um dos componentes.

Certamente não estão transcritas todas as memórias individuais de Patrocínio nos seus textos. Contudo, o que se verifica é que há nos romances de Patrocínio, sobretudo em *Motta Coqueiro ou a pena de morte* (1977), percepções, sentimentos, pensamentos, lembranças e ações que remetem à figura de Patrocínio, à sua vida e a seus ideais, enxertadas explícita ou implicitamente na prosa. Tal característica não o faz superior, nem inferior a outros literatos de seu tempo, antes ou depois dele. Apenas o faz participante de um grupo de escritores que escreveram ou escrevem a partir de suas experiências pessoais, de suas impressões, que postas no papel ganham um tom de memória, de autobiografia, de testemunho.

Não se mantendo na casa dos Vilanova, devido ao incidente do beijo de Bibi, no entanto, graças à Dona Maria Henriqueta Sena, Patrocínio passa da condição de ex-hóspede para a de vizinho da família do Capitão Sena, e segue seus estudos no curso de Farmácia. Como estudante desta cadeira fora considerado um dos melhores alunos, mas em outro ofício teve mais proeminência na vida do autor: a de jornalista. Nesta função é que obtém o reconhecimento de seu talento na época e na posteridade. No capítulo intitulado *Perfil do escritor*, em *O tigre da Abolição*, Osvaldo Orico (1953), após se perguntar sobre se Patrocínio seria um escritor no sentido de *artista da palavra*, confia para o seu leitor sobre a necessária cautela no sentido da qualidade artística de Patrocínio como escritor. Orico (1953) confere mais mérito a José

do Patrocínio na qualidade orador e jornalista: *Patrocínio foi um orador. Orador popular. Nisso estava sua força. E um jornalista. Jornalista de combate. Nisso estava o seu mérito* (ORICO, 1953, p. 209).

Como poeta, percebe-se sua ligação estreita entre memórias pessoais e a criação ficcional. Assim é que já trabalhando, em 1977, no jornal *Gazeta de Notícias*, proseia o sofrimento dos escravos provavelmente guardados nas lembranças de infância vividas na Fazenda do Imbé, bem como poetiza a lembrança de seus primeiros olhares sobre a pequena Bibi, conforme abaixo:

É pálida e franzina Sobra da mão mimosa
Na concha pequenina
A coma de uma rosa (MAGALHÃES JÚNIOR, 1969, p. 39).

Valendo de suas memórias como fonte de inspiração para obrar poesias e, mais tarde, seu primeiro romance, Patrocínio tinha ante seus olhos uma série de temas sociais, como a escravidão, a desigualdade social, a problemática da concentração de renda nas mãos de poucos membros da sociedade, etc. assuntos com os quais ele poderia esboçar um enredo, no entanto, pouco ou nenhum, naquele momento para Patrocínio parecia ter o fascínio que o caso da tragédia em Macabu (atual município Conceição de Macabu — RJ). De acordo com Magalhães Júnior (1969), após receber um telegrama na redação da *Gazeta de Notícias*, onde Patrocínio trabalhava, telegrama esse que continha a notícia de que um homem na cidade de Itabapoana declarara-se o autor do assassinato da família de Francisco Benedito, em derradeiros suspiros ante a um padre que lhe prestava últimos cuidados, engendrou um bom pretexto para o abolicionista campista pôr em prática a produção de seu primeiro romance.

A desenvoltura como jornalista nos folhetins *Os Ferreões* e na *Gazeta de Notícias* lhe garantira a possibilidade e prestígio para escrever e publicar o romance *Motta Coqueiro*

ou a pena de morte, que veio ao público em folhetim em 1877, e em livro no ano seguinte.

Tal romance apresenta a história de um dono de muitas terras no norte fluminense, que fora acusado de cometer um homicídio contra uma família de agregados, que estavam vivendo e trabalhando em suas terras. O nome do suposto acusado era o fazendeiro Motta Coqueiro, cuja autoria do crime, a bem da verdade, fora das páginas do romance, até hoje é passível de discussão, uma vez que havia eventuais outros interessados na morte de um dos membros daquela família assassinada. Na trama, as três filhas do casal, Antonica, Mariquinhas e Chiquinhas, por serem lindas, despertaram a atenção masculina da localidade, sobretudo o interesse de três homens — Oliveira Viana, Manuel João e Sebastião, os quais ao longo do romance, procurarão, cada um a seu modo, namorar uma delas.

Dentre os três referidos rapazes, um deles se destaca na narrativa de Patrocínio: Manuel João, que questionava a si mesmo, por ser mestiço, a respeito da possibilidade de uma moça branca, como Mariquinhas, desejá-lo. No íntimo, Manuel João desconfiava de uma suposta afronta de Motta Coqueiro contra a virgindade da moça. Esta suspeita é também alimentada pelos dois companheiros de Manuel João, que veem muita liberdade entre as filhas do agregado com o fazendeiro, que em sua propriedade mantinha escravos.

Em se tratando de escravos, a escrava chamada de tia Balbina figura no romance como uma voz expressiva e denunciativa quanto à escravidão. Após ser expulsa da Casa grande, onde cuidava do filho do patrão; e ser lançada à senzala e ao trabalho no eito, essa se torna uma pessoa consciente, na própria pele, da aflição e condição imposta à etnia negra, sendo uma voz dissonante diante do *status quo* colonial. O trágico assassinato da família de agregados e suspeita da autoria de Motta Coqueiro e de outras personagens, entre elas, a esposa de Coqueiro, que desconfia da fidelidade do

marido, criam uma apreensão propícia ao romance, além de outras tensões secundárias ao longo da obra.

O fim trágico do fazendeiro Motta Coqueiro era um assunto que desde a infância Patrocínio acostumara ouvir. Era um fato popular nas imediações de Campos dos Goytacazes, onde nascera. Segundo matéria da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, edições 428 e 429 (2005-299), sobre a tragédia em Macabu: *O caso tendeu para quase uma lenda*.

Decerto tal caso era presente na memória de Patrocínio, que viu na revelação de uma nova versão para o acontecido um material farto para empreender seu primeiro romance. Até então, a *Gazeta de Notícias* não publicava romances de autores brasileiros, somente a tradução de folhetinistas estrangeiros. Com a idéia em mente, Patrocínio via consigo a oportunidade de alcançar, pelo menos, dois feitos: ser o primeiro brasileiro a publicar na *Gazeta de Notícias*, e ser o primeiro a propagar com mais dimensão uma nova versão de um fato que era presente na memória coletiva brasileira, sobretudo na corte, na província de Campos dos Goytacazes e nas circunvizinhanças.

Como se sabe por meio de muitos artigos escritos pelo jovem campista, a obra de Patrocínio composta em poesia até então expostas nos jornais, e anteriores ao romance, em razoável parcela, estava calcada em memórias pessoais, o que se subentende que a utilização de tais memórias era um procedimento literário que Patrocínio se sentia à vontade e/ou mais propenso a fazer em sua produção literária.

Por ter sido um acontecimento marcante para a comunidade na qual viveu durante sua infância em Campos, ele conhecia bem as diversas histórias e versões acerca da execução do fazendeiro Motta Coqueiro. Este conhecimento, arraigado na memória e aliado às suas pesquisas no Arquivo Nacional, foi um material primário para empreender o romance.

Embora o título da obra pressuponha a sina de Motta Coqueiro, dizer que o primeiro romance de Patrocínio concentra restritamente uma crítica à pena capital e, sobretudo, uma crítica ao sistema judiciário frágil e sujeito a interesses políticos e escusos da verdade seriam um equívoco. Se assim fosse, teria dissecado mais a fundo estas críticas ao longo do seu texto, e não as restringindo a dois ou três capítulos da obra. O romance desenvolveu críticas à sociedade da época, à forma de se fazer política especialmente no âmbito provinciano, à estrutura social vigente, ao tratamento dado ao negro na sociedade rural, ao amor como mercadoria ou como sentimento atrelado às exigências de paridade de cor e/ou classe social entre os indivíduos, entre outras críticas menores que dão ao romance algumas tensões capazes de prender o leitor e levá-lo a refletir o *status quo* da sociedade fluminense e brasileira no século XIX.

Patrocínio traz para seu texto ficcional não só o lúdico, o entretenimento, mas, sobretudo, questões pessoais e sociais, com as quais deseja despertar no leitor, como os dilemas de cor e de classe social; a concentração de poder político e econômico por meio do latifundiário; a escravidão; os preconceitos sociais; o amor nas dinâmicas sociais e raciais. Tais intenções de retratar múltiplos aspectos vergonhosos da sociedade brasileira, que são evidentes à medida que é feita a leitura da obra, configuram o romance numa proposta realista, sem perder de vista uma parcela do que consta no prefácio de Silvano Santiago (na edição do ano 1977) de *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, como um romance de tese.

Antes de pôr em cena um enigma, como se acredita que seja o propósito do texto de ficção, o romance de tese apresenta uma convicção no palco, ou melhor, oferece ao leitor uma idéia já amadurecida pela certeza. [...] Não é portanto difícil para o leitor virar as últimas páginas de Motta Coqueiro ou a pena de morte e concordar plenamente com o texto e seu autor. Realmente, seguindo de perto a ação tal qual nos foi apresentada e descrita, trata-se de evidente absurdo

a condenação à morte do fazendeiro e de seus dependentes, trata-se de evidente erro judiciário que precisava, quanto antes, ser denunciado. [...] Percebe-se ainda, no caso de Motta Coqueiro, que a intenção de José do Patrocínio não foi a de criar um universo ficcional verossimilhante e multifacetado, mas pretendeu antes dar ao universo dramatizado o estatuto de verdadeiro e único (PATROCÍNIO, 1977, p. 12).

Se aceitássemos a proposição de *romance de tese* discutida por Santiago (1977), talvez teríamos que dizer se trata então de um romance de teses. Ao contrário de Santiago, que enxerga apenas a defesa imoderada de Patrocínio contra uma pena de morte aplicada injustamente, que claramente se manifesta na voz do autor-narrador, é possível observar outras teses levantadas pelo autor — ainda que não tão visíveis por estarem, grande parcela, presentes nas vozes dos personagens: sobre a escravidão, sobre a questão da cor, da classe social entre as questões já citadas, que atuam como teses importantes pró-abolição dos escravos, pró-mudança do modelo social vigente.

Mas, comungando parcialmente do posicionamento de Santiago concernente à posição do autor na construção de seu texto, é patente que este romance de Patrocínio se comporta de modo unilateral na construção da tese ou das teses. As concepções ideológicas do autor são postas e realçadas no texto sem praticamente a presença e/ou intervenção de ideias contrárias ou diversas das proferidas por ele, que não propõe ou não parece propor ao leitor alternativas, a não ser o entendimento defendido. O *verdadeiro e único* a que alude Santiago (1977, p. 12) tem sua razão, porque Patrocínio parece distribuir suas concepções no papel de forma centralizadora, não abrindo mão de avocar nelas um tom de verdade e de desconstruir as tentativas de outras teses, especialmente neste último caso, da memória de Motta Coqueiro.

É dispensável também lembrar que *Motta Coqueiro ou a pena de morte* particulariza-se por ser uma prosa escrita por um abolicionista que, embora ainda não fosse considerado um grande líder do Abolicionismo brasileiro à época do romance, nesta etapa da vida já tinha uma consistente consciência política sobre os preconceitos e estereótipos sociais e raciais presentes na sociedade fluminense e brasileira. Assim, com este romance, Patrocínio começa a enveredar mais ainda nos passos do Abolicionismo, e a introduzir seu nome não só neste movimento político, mas também na Literatura brasileira, contribuindo assim para que arte literária seja mais uma entre vários veículos capazes de discursar uma idéia, isto é, o drama do negro no Brasil de seu tempo, drama este marcado na memória e na pele.

Muitas obras literárias do século XIX, seja em poesia ou em prosa, em especial a última, fornecem pistas e dados relevantes para se entender o Brasil em torno de temas-chaves como a escravidão, a Abolição, etc. Sobre isto, Antonio Torres Montenegro (1988), em *Abolição*, afirma: “O mergulho na literatura tem fornecido novos primas, outros quadros, perspectivas diversas das fontes usuais (jornais, relatórios de polícia, anais) acerca da Abolição/escravidão na formação social brasileira” (MONTENEGRO, 1988, p. 5).

Acrescenta ainda:

A maneira como a literatura descreveu, instituiu, desenhou o quadro Abolição/escravidão, por um lado, reflete o pensamento dominante de uma época e, por outro, descortina uma parte do que a sociedade projeta, modula, antecipa como futuro (MONTENEGRO, 1988, p. 5).

Pelas temáticas abordadas, *Motta Coqueiro ou a pena de morte* indubitavelmente ostenta valor histórico, quer pelo conteúdo que comporta o romance: por figurar como uma obra literária de um dos mais importantes abolicionistas; por apresentar, em alguns momentos da obra, posicionamentos de Patrocínio sobre a estrutura social vigente; por crítica à

sociedade em relação às instâncias judiciárias e políticas provincianas; por ser um romance contundente contra o *status quo*; por possíveis memórias pessoais e posicionamentos ideológicos do jovem abolicionista, misturadas à ficção no texto; por seu acolhimento ou não na historiografia literária brasileira; entre outros aspectos que credenciam este primeiro romance de Patrocínio como profícuo para a compreensão de diversas visões literárias e extraliterárias de um período relevante na História do Brasil.

Considerações finais

Entre outras obras literárias escritas no século XIX, esse primeiro romance de Patrocínio constitui-se, em nossa concepção, como um dos mais relevantes (se não o principal), diante das falas expostas quanto à condição social do negro no regime escravocrata. Além disso, é de autoria de um abolicionista dos mais devotados à causa, trazendo a lume no seu texto a perspectiva do *outro*, ou seja, a do negro, sob o prisma de refém, mas não indiferente à situação imposta, a exemplo da personagem *Balbina* na trama.

Em poucos romances que figuram a escravidão ou o drama do negro na estrutura social, tal assumiria tons mais denunciativos contra o sistema escravocrata do que nesse romance baseado em fatos reais (ou em uma das versões dos fatos), o que corrobora para dar ao jovem abolicionista um caráter ainda mais proeminente.

Contudo, apesar da relevância histórica e literária do romance, tal nas historiografias literárias, em geral, permanece no esquecimento. O próprio Montenegro (1988), embora afirme a utilidade da Literatura como um instrumento para a compreensão de algumas faces da escravidão e da Abolição na sociedade brasileira, e ele apresente uma pequena lista de obras literárias cujo conteúdo toque nestes assuntos, não se lembra, nem menciona o nome ou o romance de Patrocínio. Assoma-se a outros estudiosos, historiadores e críticos literá-

rios que não se atentaram para a necessidade revisitar tal obra, mesmo diante das descrições e narrativas contundentes feitas por Patrocínio no tocante à escravidão. Fica a pergunta em torno das motivações literárias e/ou políticas que pairam sobre o esquecimento do primeiro romance de Patrocínio, cuja trajetória ainda é pouco estudada, embora fosse um dos brasileiros que mais lutara contra a permanência de um sistema desigual entre brancos e negros.

Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora/MEC, 1973.

MÖLLER, Renato César. *A fera de Macabu: memórias de um crime, uma pena de morte e uma maldição*. Rio de Janeiro: UERJ, Tese de Doutorado, 2007.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1983.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Abolição*. São Paulo: Ática, 1988.

MONTENEGRO, Olívio. *O romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1953.

PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC, 1977.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Panorama da Literatura Afro-brasileira. *Callaloo Revista de Artes e Letras Afro-Americanas e Africanas*, Virgínia, Carolina do Norte, v. 18, n. 4, 1995.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *José do Patrocínio: o herói esquecido*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio. estudos históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas. v.2, n. 3, 198, p. 3-15.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas. v. 5. n. 10, 1992, p. 200 a 215.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Hervé Salgado. *Na taba dos Goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1980.

SANTOS, Anízio Ferreira dos. *Eu, negro: discriminação racial no Brasil: existe?* São Paulo: Loyola, 2000.

SANTOS, Lucinéia Alves dos. *Motta Coqueiro, a fera de Macabu: literatura e imprensa na obra de José do Patrocínio*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2011.

TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro, a grande incógnita*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

[Recebido: 10 set. 2015 — Aceito: 8 nov. 2015]